Desenvolvimento rural

Redução da pobreza na China

Walter Belik*

O CRESCIMENTO econômico da China nas últimas décadas permitiu a redução do número de pobres em 200 milhões entre o final dos anos 70 e meados da última década. Apesar de a renda urbana ter crescido a um ritmo muito maior do que a rural, observou-se uma impressionante redução da pobreza rural, o que pode ser em grande parte atribuído às políticas agrícolas, fundiárias e sociais adotadas após a revolução de 1949.

Para o melhor entendimento desse processo, divide-se a história pós-revolução em quatro fases:

1ª fase (1949-78)

Em 1949, com a fundação da República Popular da China, foram estabelecidas as medidas de combate à pobreza no meio rural, em que se destacavam a reforma agrária e a instituição da propriedade coletiva da terra. Nesse primeiro momento após a reforma, Pequim buscou viabilizar a construção da infraestrutura rural e criou cooperativas agrícolas e um sistema de crédito, assistência técnica, seguro rural e seguridade social rural. Contudo, essas políticas não surtiram o efeito esperado em um primeiro momento, e a nova forma de organização da produção agrícola acabou gerando uma profunda crise de abastecimento ao final dos anos 50 e inicio dos anos 60, levando à fome e morte de milhões de chineses. Além de incidência de problemas naturais, a dificuldade em gerar incentivos para produção coletivizada explicam esses problemas.

2ª fase (1978-85)

Em 1978, assume Deng Xiaoping. Neste ano, existiam 250 milhões de pobres rurais na China (30,7% da população rural). As primeiras medidas foram na direção de uma reforma do sistema de comunas, que apresentava baixa produtividade, e sua posterior transformação em um sistema de mercado. Ocorrem também reformas liberalizando a circulação de produtos e criando mercados locais. Dentre as medidas tomadas neste período, destacam-se:

- separação entre a propriedade da terra (que continua sob o poder da comuna) e sua operação, que passou a ser individual;
- o aumento do preço de compra de produtos agrícolas por parte do governo;
- o desenvolvimento das TVEs (Township and Village Enterprises), dando autonomia para a administração das aldeias e vilarejos desenvolverem atividades, auferindo lucros.

3ª fase (1986-2000)

Houve uma seleção de dezoito áreas em piores condições de pobreza, em grande parte devido à menor disponibilidade de recursos naturais e de infraestrutura. Para tanto, coloca-se à disposição fundos de US$ 4 bilhões ao ano para Bolsas de Combate à Pobreza, Bolsas de Alimentação, frentes de trabalho e microcrédito.

Nesta fase, ocorre uma maior descentralização e os programas passam a ser executados em nível provincial. Em 1991, surge a política do Sannong, ou dos três *nong* (agricultura, rural e camponês), visando o meio rural. Seria uma abordagem de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) à la chinesa. A política dá-se em duas frentes:

- alívio da pobreza: nutrição, saúde e educação primária;
- assistência ao pobre: provê-se de capitais e tecnologia os locais onde haveria maior incidência de pobreza.

Assim, esta fase é marcada por uma mudança nas políticas agrícola e social. Até 1978, essa estratégia era baseada em dois elementos: reforma agrária e distribuição igualitária dos ganhos obtidos com a venda da produção, sob responsabilidade do governo. Ocorre que, no final da década de 70, se abole o sistema de comuna e a operação passa a ser individual – daí o sistema de bolsas e subsídios assumir papel central como forma de enfrentar a pobreza rural.

Além dessas políticas, a redução da pobreza pode ser explicada pela implementação de uma estratégia efetiva de combate à pobreza e controle populacional (que inclui lei de 1978 de apenas um filho por casal) e pelo início de um processo de desregulamentação da atividade agrícola, com a redução dos encargos e impostos sobre a agricultura.

4ª fase (2001-10)

Neste período, inicia-se o chamado Rural China Poverty Alleviation Program, baseado nas seguintes diretrizes:

- priorização dos mais pobres;
- reformas locais na infraestrutura e organização do trabalho.

Dentro desta política, em 2005, lançou-se o programa de Construção do Socialismo no Campo, com a revitalização da agricultura visando novos mercados. Em 2007, prepara-se o desenho de uma nova política de transferência de rendas, que, em 2008, passa a atender 20 milhões de domicílios.

Os programas acima mencionados têm contribuído para redução da pobreza rural, mas enfrentam problemas de monitoramento e controle devido ao enorme contingente populacional chinês. Esse fato também implica um crescente problema de custeio de políticas sociais, o que pode reduzir a melhora dos indicadores sociais chineses nos próximos anos. ■

*Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)